

## O que é um dispositivo

Gilles Deleuze

É costume a filosofia de Foucault apresentar-se como uma análise de «dispositivos» concretos. Mas o que é um dispositivo? É antes de mais uma meada, um conjunto multilinear, composto por linhas de natureza diferente. E, no dispositivo, as linhas não delimitam ou envolvem sistemas homogêneos por sua própria conta, como o objecto, o sujeito, a linguagem, etc., mas seguem direções, traçam processos que estão sempre em desequilíbrio, e que ora se aproximam ora se afastam uma das outras. Qualquer linha pode ser quebrada – está sujeita a *variações de direcção* – e pode ser bifurcada, em forma de forquilha – está submetida a *derivações*. Os objetos visíveis, os enunciados formuláveis, as forças em exercício, os sujeitos numa determinada posição, são como vectores ou tensores. Por isso, as três grandes instâncias que Foucault vai sucessivamente distinguir, Saber, Poder e Subjectividade, não possuem contornos definidos de uma vez por todas; são antes cadeias de variáveis que se destacam uma das outras. É por via de uma crise, sempre, que Foucault descobre uma nova dimensão, uma nova linha. Os grandes pensadores são um tanto sísmicos, não evoluem, procedem por crises, por choques. Pensar em termos de linhas que se movimentam – era a operação de Herman Melville, e havia linhas de pesca, linhas de mergulho, perigosas, mortais até. Há linhas de sedimentação, diz Foucault, mas também há linhas de «fissura», de «fractura». Desenredar as linhas de um dispositivo, em cada caso, é construir um mapa, cartografar, percorrer terras desconhecidas, é o que ele chama de «trabalho de terreno». É preciso instalarmo-nos sobre as próprias linhas; estas não se detêm apenas na composição de um dispositivo, mas atravessam-no, conduzem-no, do norte ao sul, de este a oeste, em diagonal.

As primeiras duas dimensões de um dispositivo, ou aquelas que Foucault destaca em primeiro lugar, são as curvas de visibilidade e as curvas de enunciação. É que os dispositivos são como as máquinas de Raymond Roussel, máquinas de fazer ver e de fazer falar, tal como são analisadas por Foucault. A visibilidade é feita de linhas de luz que formam figuras variáveis. Inseparáveis de um dispositivo ou de outro – não remete para uma luz em geral que viria iluminar os objetos pré-existentes. Cada dispositivo tem seu regime de luz, uma maneira como cai a luz, se esbate e se propaga, distribuindo o visível e o invisível, fazendo com que nasça ou desapareça o objecto que sem ela não existe. Não é apenas pintura, mas arquitetura também: o «dispositivo prisão» como máquina óptica para ver sem ser visto. Se há uma historicidade dos dispositivos, ela é a dos regimes de luz – mas é também a dos regimes de enunciado. Porque os enunciados, por sua vez, remetem para linhas de enunciação sobre as quais se distribuem as posições diferenciais dos seus elementos. E, se as curvas são elas próprias enunciadas, é por que as enunciações são curvas que distribuem variáveis, e, assim, uma ciência, num dado momento, ou um género literário, ou um estado de direito, ou um movimento social, são definidos precisamente pelos regimes de enunciados a que dão origem. Não são nem sujeitos nem objectos, mas regimes que é necessário definir pelo visível e pelo enunciável, com suas derivações, as suas transformações, as suas mutações. E em cada dispositivo as linhas atravessam limiares em função dos quais são estéticas, científicas, políticas, etc.

Em terceiro lugar, um dispositivo comporta linhas de forças. Dir-se-ia que elas vão de um ponto singular a outro, nas linhas de luz e nas linhas de enunciação; de algum modo, elas «rectificam» as curvas dessas linhas, tiram tangentes, cobrem os trajectos de uma linha a outra linha, estabelecem o vaivém entre o ver e o dizer, agem como flechas que não cessam de entrecruzar as coisas e as

palavras, sem que por isso deixem de conduzir a batalha. A linha de forças produz-se «em toda a relação de um ponto a outro» e passa por todos os lugares de um dispositivo. Invisível e indizível, ela está estreitamente enredada nas outras e é totalmente desenredável. É ela que Foucault

desvenda e descobre a sua trajetória em Rousseau ou Brisset, nos pintores Magritte ou Rebeyrolle. É a «dimensão do poder», e o poder é a terceira dimensão do espaço, interior ao dispositivo, variável com os dispositivos. É uma linha composta com o saber, tal como o poder.

Finalmente Foucault descobre as linhas de subjectivação. Esta nova dimensão suscitou tantos mal-entendidos que é até aborrecido está a precisar as suas condições. Mais que qualquer outra, a sua descoberta nasce de uma crise no pensamento de Foucault, como se lhe fosse necessário alterar o mapa dos dispositivos, encontrar-lhes uma nova orientação possível, para não os deixar encerrar-se simplesmente nas linhas de força intransponíveis que impõem contornos definitivos. Leibniz exprimia de maneira exemplar esse estado de crise que dá novo ímpeto ao pensamento, precisamente quando se crê está quase tudo resolvido: cuidávamos estar perto do porto, mas somos lançados em pleno mar alto. Foucault pressente que os dispositivos que analisa não podem ser circunscritos por uma linha que os envolva que outros vectores não deixem de passar por baixo e por cima: «transpor a linha», como ele diz; será isso «passar para outro lado»? Este superar da linha de força, em vez de entrar em relação linear com uma outra força, se volta para a mesma, actua sobre si mesma e afecta-se a si mesma. Esta dimensão do «Si Próprio» (*Soi*) não é de maneira nenhuma uma determinação preexistente que se possa encontrar já acabada. Pois também uma linha desubjectivação é um processo, uma produção de subjectividade num dispositivo: ela está pra se fazer, na medida em que o dispositivo o deixe ou torne possível. É uma linha de fuga. Escapa às outras linhas, *escapa-se-lhes*. O «Si Próprio» (*Soi*) não é nem um saber nem um poder. É um processo de individuação que diz respeito a grupos ou pessoas, que escapa tanto às forças estabelecidas como aos saberes constituídos: uma espécie de mais-valia. Não é certo que todo dispositivo disponha de um processo semelhante.

Foucault distingue o dispositivo da cidade ateniense como lugar de invenção de uma subjectivação: é que, segundo a definição original que lhe dá, a cidade inventa uma linha de forças que passa pela *rivalidade entre homens livres*. Ora, da linha sobre a qual um homem livre pode dar ordens a outros, destaca-se uma outra diferente, segundo a qual aquele que dá ordem a homens livres deve ele próprio ser mestre de si próprio. São essas regras facultativas da orientação de si próprio que constituem uma subjectivação, autónoma, mesmo se esta é chamada, em consequência disso, a fornecer novos saberes e a inspirar novos poderes. Podemos perguntar se as linhas de subjectivação não são o extremo limite de um dispositivo, e se não esboçam elas a passagem de um dispositivo a um outro: neste sentido, elas predispõem as «linhas de fractura». E na mesma medida que as outras, as linhas de subjectivação não têm uma fórmula geral. Brutalmente interrompida, a investigação de Foucault devia mostrar que os processos de subjectivação tomariam eventualmente modos diversos do modo grego, por exemplo nos dispositivos cristãos, nas sociedades modernas, etc.. Não se poderão invocar dispositivos onde a subjectivação já não passa pela vida aristocrática ou pela existência estetizada do homem livre, mas antes pela existência marginalizada do «excluído»? O sinólogo Tokei explica-nos como escrevo perdía de alguma maneira o seu estatuto social e era votado a uma subjectividade de pessoa só, lastimosa, uma existência elegíaca, donde iria retirar novas formas de poder e de saber. O estudo da variação dos processos de subjectivação é uma

das tarefas fundamentais que Foucault deixou aos que lhe estavam próximos. Nós acreditamos na extrema fecundidade dessa investigação, de que as actuais tarefas quanto a uma história da vida privada apenas representam uma parte. Quem (se) subjectiva, para além dos nobres – os que dizem, segundo Nietzsche, «nós os bons»...-, são também, noutras condições, os excluídos, os maus, os pecadores ou ainda os eremitas, ou as comunidades monacais, ou os heréticos: toda uma tipologia das formações subjectivas, em dispositivos que não são fixos. É um estudo que tem muitas misturas para desvendar: produções de subjectividade que saem dos poderes e dos saberes de um dispositivo para se reinvestir noutro, sob outras formas que hão-de nascer.

Os dispositivos têm por componentes linhas de visibilidade, linhas de enunciação, linhas de força, linhas desubjectivação, linhas de brecha, de fissura, de fractura, que se entrecruzam e se misturam, acabando por dar uma nas outras, ou suscitar outras, por meio de variações ou mesmo mutações de agenciamento. Decorrem daí duas conseqüências importantes no que concerne a uma filosofia dos dispositivos. A primeira é o repúdio dos universais. Com efeito, o universal nada explica, é ele que deve ser explicado. Todas as linhas são linhas de variação, que não tem sequer coordenadas constantes. O Uno, o Todo, o Verdadeiro, o objecto, o sujeito não são universais, mas processos singulares, de unificação, de totalização, de verificação, de objectivação, de subjectivação imanentes a dado dispositivo. E cada dispositivo é uma multiplicidade na qual esses processos operam em devir, distintos dos que operam noutro dispositivo. É neste sentido que a filosofia de Foucault é um pragmatismo, um funcionalismo, um positivismo, um pluralismo. Talvez seja a Razão o problema maior, porque os processos de racionalização podem operar em segmentos, ou regiões, com todas as linhas consideradas. Foucault rende homenagem a Nietzsche pela historicidade da razão; e acentua toda a importância duma investigação epistemológica sobre as diversas formas da racionalidade no saber (Koyré, Bachelard, Canguilhem), duma investigação sociopolítica dos modos de racionalidade no poder (Max Weber). Talvez que ele reserve para si a terceira linha, o estudo dos tipos «de razão» em eventuais sujeitos. Mas, o que ele essencialmente recusa é a identificação destes processos numa Razão por excelência. Foucault recusa toda a restauração de universais de reflexão, de comunicação, de consenso. Pode-se dizer, a este respeito, que as suas relações com a escola de Frankfurt, e com todos os sucessores dessa escola, são uma longa sequência de mal-entendidos de que Foucault não é responsável. E assim como não há universalidade de um sujeito fundador, ou de uma razão por excelência que permita julgar os dispositivos, assim não também há universais de uma catástrofe onde a razão se alienaria, onde uma vez por todas se afundaria. Com Foucault disse a Gérard Raulet, não há uma bifurcação da razão, é esta que não deixa de se bifurcar; há tantas bifurcações e ramificações quantas instaurações, tantos desabamentos quantas construções, segundo os recortes operados pelos dispositivos, e «não há nenhum sentido na proposição segundo a qual a razão é uma longa narrativa agora terminada». Deste ponto de vista, a objecção que é feita a Foucault – a de saber como é que se pode apurar o valor relativo de um dispositivo se não se podem invocar valores transcendentais enquanto coordenadas universais -, é uma questão que corre o risco de nos fazer recuar, e de não ter sentido, ela também. Dir-se-á que todos os dispositivos se equivalem (nihilismo)? Há muito que pensadores como Espinoza e Nietzsche mostraram que os modos de existência deviam ser pesados segundo critérios imanentes, segundo aquilo que detêm em «possibilidades», em liberdade, em criatividade,

sem nenhum apelo a valores transcendentais. Foucault alude a critérios «estéticos», entendidos como critérios de vida que, de cada vez, substituem pretensões dum juízo transcendente por uma avaliação imanente. Ao lermos os últimos livros de Foucault, devemos, o melhor que possamos, compreender o programa que ele propõe aos seus leitores. Uma estética intrínseca dos modos de existência como última dimensão dos dispositivos?

Segunda consequência de uma filosofia do dispositivo é uma mudança de orientação que se desvie do Eterno para apreender o novo. O novo não se designa moda, mas, pelo contrário, a criatividade variável segundo os dispositivos – o que está em conformidade com a questão nascida no século XX: como é que é possível no mundo a produção de qualquer coisa de novo? É verdade que Foucault, em toda sua teoria da enunciação, recusa explicitamente a «originalidade» de um enunciado, como critério pouco pertinente, pouco interessante. Foucault pretende somente considerar a «regularidade» dos enunciados. Mas, o que ele entende por regularidade é a linha da curva que passapelos pontos singulares, ou valores diferenciais, do conjunto enunciativo (da mesma maneira que vai definir as relações de força pela distribuição de singularidade do enunciado, pretende ele dizer que a eventual contradição de dois enunciados não basta para os distinguir, nem para marcar a novidade de um em relação ao outro. Porque o que conta é a

novidade do próprio regime de enunciação que podem compreender enunciados contraditórios. Por exemplo, se quisermos saber que regime de enunciados surge com o dispositivo Revolução Francesa, ou com o dispositivo revolução Bolchevique, é a novidade do regime que conta e não a originalidade do enunciado. Assim, todo o dispositivos e define pelo que detém em novidade e criatividade, e que ao mesmo tempo marca a sua capacidade de se transformar, ou de desde logo se fender em proveito de um dispositivo futuro, a menos que se dê um enfraquecimento da força nas linhas mais duras, mais rígidas, ou sólidas. E, na medida em que se livrem das dimensões do saber e do poder, as linhas de subjectivação parecem ser particularmente capazes de traçar caminhos de criação, que não cessam de fracassar, masque também, na mesma medida, são retomados, modificados, até a ruptura do antigo dispositivo. Os estudos ainda inéditos de Foucault sobre os diversos processos cristãos abrem sem dúvida inúmeras vias a este respeito. Isso não quer dizer, todavia, que a produção de subjectividade seja devolvida à religião: as lutas anti-religiosas são também criativas –e os regimes de luz, de enunciação ou de dominação passam pelos mais diversos domínios. As subjectivações modernas não se assemelham mais às dos gregos do que às dos cristãos, assim como a luz, os enunciados e os poderes.

Pertencemos a dispositivos e neles agimos. À novidade de um dispositivo em relação aos que o precedem chamamos actualidade do dispositivo. O novo é o actual. O actual não é o que somos, mas aquilo em que nos vamos tornando, aquilo que somos em devir, quer dizer, o Outro, o nosso devir-outro. É necessário distinguir, em todo o dispositivo, o que somos ( o que não seremos mais), e aquilo que somos em devir: *a parte da história e a parte do actual*. A história é o arquivo, é o desenho do que somos e deixamos de ser, enquanto o actual é o esboço daquilo em que vamos nos tornando. Sendo que a história e o arquivo são o que nos separa ainda de nós próprios, e o actual é esse Outro com o qual coincidimos desde já. Cegou-se a pensar que o que Foucault fazia era, por oposição aos antigos dispositivos de soberania, estabelecer o quadro da sociedade moderna com

dispositivos disciplinares. Mas não é nadadisso: as disciplinas descritas por Foucault são a história daquilo que vamos deixando pouco a pouco de ser; e a nossa actualidade desenha-se em controlo de aberto e contínuo, muito diferentes das recentes disciplinas fechadas. Foucault concorda com Bourroughs quando este anuncia que o nosso futuro será um futuro controlado e não já disciplinado. A questão não é a de saber se é pior. Porque fazemos também apelo a produções de subjectividade capazes de resistir a essa nova dominação, e muito diferentes daquelas que se exerciam outrora contra as disciplinas. Uma nova luz, novas enunciações, um novo poder, novas formas de subjectivação? Devemos separar em todo dispositivo as linhas do passado recente e as linhas do futuro próximo; a parte do arquivo e a do actual, a parte da história e a do devir, a parte da analítica e a do diagnóstico. Se Foucault é um grande filósofo é por que se serviu da história em proveito de outra coisa: como Nietzsche dizia, «agir contra o tempo, e assim, sobre o tempo, em favor, espero, de um tempo futuro». Porque o que surge como actual, ou o novo, em Foucault, é o que Nietzsche chamava o intempestivo, o inactual, esse devir que bifurca história, um diagnóstico que faz prosseguir a análise por outros caminhos. Não é predizer, mas estar atento ao desconhecido que bate à porta. Nado o pode mostrar melhor do que uma passagem fundamental da *archéologie du Savoir*, válida para toda a obra (p.172):

*A análise do arquivo comporta portanto uma região privilegiada. Próxima de nós, mas diferente de nossa actualidade, é o anel do tempo que envolve o nosso presente, que o suspende e o indica na sua alteridade; é o que, fora de nós, nos delimita. A descrição do arquivo desenvolve suas possibilidades (e o domínio de suas possibilidades) a partir dos discursos que acabam de deixar de ser os nossos; o seu limiar de existência é instaurado pelo corte que nos separa daquilo que já não podemos dizer, e daquilo que fica fora da nossa prática discursiva; essa descrição começa com que está do lado de fora da nossa própria linguagem; é onde as práticas discursivas se separam que é o seu lugar. É neste sentido que serve para os diagnósticos. Não por que nos permita fazer o quadro traços distintivos e delinear antecipadamente a figura*

*que teremos no futuro. Mas por que nos liberta das continuidades. A descrição do dispositivo dissipa essa identidade temporal em que gostamos de olhar para nós próprios para exorcisar as rupturas da história; ela quebra os fios das teleologias transcendentais; e no lugar onde o pensamento antropológico interrogava o ser do homem ou a sua subjectividade, ela faz com que se manifeste o outro, o que está do lado de fora. O diagnóstico, assim entendido, não confere o certificado de nossa identidade por intermédio do jogo das distinções. Ele demonstra que nós somos diferença, que a nossa razão é a diferença dos discursos, a nossa história a diferença dos tempos, o nosso eu a diferença das máscaras.*

As diferentes linhas de um dispositivo repetem-se em dois grupos: linhas de estratificação ou de sedimentação, linhas de actualização ou de criatividade. A última consequência deste método engloba toda a obra de Foucault. Na maior parte dos seus livros, Foucault determina um arquivo preciso, com procedimentos históricos que são extremamente novos, sobre o grande hospital no século XVII, sobre a clínica no século XVIII, sobre a prisão no século XIX, sobre a subjectividade na Grécia Antiga, no cristianismo. Porque, por obstinado rigor, pela vontade de não misturar tudo, por confiança no leitor, Foucault não formula a outra metade. Formula-a explicitamente apenas nas entrevistas, contemporâneas de cada um dos grandes livros; o que sucede hoje em dia com a

loucura, com a prisão, com a sexualidade? Que novos modos de subjectivação surgem hoje em dia, que nem são gregos nem cristãos? Esta última questão, principalmente, ocupa Foucault (nós que já não somos gregos e nem mesmo cristãos...). Se Foucault deu tanta importância às suas entrevistas até o fim da vida, em França e mais ainda no estrangeiro, não foi pelo gosto da entrevista, mas porque as linhas de actualização que traçava exigiam um outro modo de expressão diferente das linhas assimiláveis pelos grandes livros. As entrevistas são diagnósticos. Tal como em Nietzsche, cujas obras dificilmente se lêem sem lhes juntarmos o Nachlass contemporâneo de cada uma. A obra completa de Foucault, tal como a concebem Defert e Ewald, não pode separar os livros que nos marcaram a todos das entrevistas que nos encaminham para um futuro, para um devir: os estratos e as actualidades.

**Retirado de :**

Deleuze, Gilles. O mistério de Ariana. Ed. Vega – Passagens.

Lisboa, 1996. Tradução e prefácio de Edmundo Cordeiro